



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

## Número 156 - Julho 2010

### NOSSA OPINIÃO

- [Compra de carbono nas florestas: o caminho errado para Cancun](#)

### COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Brasil: Acompanhamento do projeto Juma REDD na Amazônia](#)
- [Camarões: Baka, Bagyeli e Bakola desconfiam de REDD](#)

### COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Guiné Equatorial: possível expansão de plantações de dendezeiro](#)
- [A FAO insiste: as plantações de monoculturas de árvores são florestas!](#)
- [Association for Tropical Biology and Conservation \(Associação de Biologia Tropical e Conservação\) diz que as plantações de árvores não são florestas](#)
- [Brasil: A "resistência produtiva" das comunidades quilombolas envoltas pelos eucaliptais](#)

### ARTIGOS NÃO DISPONÍVEIS EM PORTUGUÊS

- [Ecuador: en defensa del manglar](#)
- [Ecological Mangrove Restoration: Re-establishing an ecosystem with community participation](#)
- [Guatemala: minería de hierro amenaza manglares del Pacífico](#)
- [Indonesia: Sinar Mas pulp and paper plantations encroaching on forests and peatlands](#)

### NOSSA OPINIÃO

#### **Compra de carbono nas florestas: o caminho errado para Cancun**

Há muitos anos que a expansão mundial do negócio da celulose e do papel tem estado cobrindo crescentemente milhões de hectares de terras com plantações de monoculturas de árvores em grande escala. Principalmente disfarçados em "florestas", os chamados "desertos verdes" têm invadido vastos territórios e ricos ecossistemas, principalmente do Sul global.

A FAO tem contribuído em grande parte com a distorção quando incluiu as plantações de árvores em sua definição de florestas sob a categoria de "florestas plantadas". Outros órgãos das Nações Unidas como as Convenções sobre

Diversidade Biológica (CDB) e Mudança Climática (UNFCCC) têm adotado a definição da FAO.

Mas para as comunidades cuja terra, solo, recursos hídricos, meios de vida e cultura têm sofrido sérios impactos das plantações de monoculturas de árvores e para os grupos ambientais e sociais que conhecem a rica biodiversidade da floresta e a vida estéril de uma plantação de árvores industriais, a diferença entre as duas é muito clara.

Fortes vozes têm estado crescendo e denunciando que as "plantações de árvores não são florestas". Recentemente, a "Association for Tropical Biology and Conservation (ATBC)" (Associação de Biologia Tropical e Conservação) –uma grande sociedade profissional mundial sobre florestas tropicais- tem emitido uma resolução instando as Nações Unidas para mudar sua definição de 'floresta' que cobre plantações de árvores (ver artigo nesta mesma edição).

A importância de uma verdadeira e genuína definição de floresta é crucial para o futuro das florestas do mundo, que significa o futuro de uma grande parte da biodiversidade terrestre e eventualmente da vida na Terra, incluindo os seres humanos.

No entanto, as florestas têm estado crescentemente sujeitas à exploração de interesses empresariais que procuram a rica complexidade das florestas através de perspectivas muito reducionistas. Para os povos das florestas, a floresta não apenas lhes fornece alimentos, roupas, medicações, combustível e seus meios de vida, mas é também a escola de suas crianças e o lugar de sepultamento de seus antepassados. Enquanto isso, para as grandes companhias madeireiras, de petróleo, mineradoras, farmacêuticas ou da celulose e do papel, este ecossistema rico em biodiversidade vira apenas uma fonte de um único componente rentável - seja madeira, petróleo, ouro, diamantes, recursos biogenéticos.

O enfoque reducionista a respeito das florestas se tem deslocado recentemente para um "produto" ainda menos tangível chamado carbono. Em decorrência disso, as florestas têm virado sinônimo de "estoques de carbono", que poderiam ser comercializados no mercado global do carbono através de um mecanismo chamado REDD ("Reduced Emissions from Deforestation and Forest Degradation" –Redução de emissões decorrentes de desmatamento e degradação das florestas-). O REDD tem portanto virado um dos principais temas que estão sendo discutidos pelos governos na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática.

Várias rodadas de conversações sobre o clima estão acontecendo agora em um esforço por atingir um acordo na próxima Conferência de Mudança Climática que ocorrerá em Cancun, México, para finais do ano. No entanto, até agora, os principais resultados dessas negociações se referem a diretrizes para a prestação de informação e avaliação do carbono e eventualmente uma contabilidade "criativa" que poderia permitir aos países poluidores não apenas fugir da obrigação de redução, mas também aumentar suas emissões sem ter que prestar contas por elas.

De outro lado, as propostas reais para a abordagem da mudança climática estão sendo ignoradas, como por exemplo, aquelas convencionadas na Conferência

Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, realizada em abril de 2010 na Bolívia.

O Acordo dos Povos enfatiza firmemente que “A definição de florestas utilizada nas negociações da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que inclui plantações, é inaceitável. As plantações de monoculturas não são florestas. Portanto, exigimos uma definição para fins de negociação que reconheça as florestas nativas, as selvas e os diferentes ecossistemas na Terra.”

Rejeitando “o ilegítimo ‘Acordo de Copenhague’ que permite que os países desenvolvidos ofereçam insuficientes reduções em gases de efeito estufa com base em compromissos voluntários e individuais” e “mecanismos de mercado como o REDD e suas versões + e + +”, o acordo exige que a próxima Conferência de Cancun sobre Mudança Climática aprove uma “alteração do Protocolo de Kyoto para o segundo período de compromisso de 2013 até 2017, sob o que os países desenvolvidos devem ajustar significantes reduções das emissões nacionais de pelo menos 50%, com base em níveis de 1990, excluindo os mercados do carbono ou outros mecanismos de compensação que disfarçam o fracasso das atuais reduções nas emissões de gases de efeito estufa.”

O governo da Bolívia fez uma apresentação para a Secretaria da UNFCCC incorporando o principal conteúdo do Acordo dos Povos e promovendo a inclusão de propostas chave nas negociações. No entanto, o próximo texto produzido pela Secretaria não inclui nenhuma dessas propostas.

Os próprios povos das florestas também estão fazendo com que suas vozes sejam ouvidas. As Comunidades Baka, Bagyeli e Bakola em Camarões, onde o governo está procurando financiamento da Facilidade de Parceria do Carbono Florestal do Banco Mundial para estabelecer projetos sob o REDD, têm salientado recentemente sua desconfiança a respeito dos projetos REDD (ver artigo nesta mesma edição).

Apesar de que o paradigma de desenvolvimento global dominador está sendo desafiado pela atual crise climática, suas forças impulsoras são relutantes à mudança. É assim como se criam “soluções” para a mudança climática que implicam comércio e compensação do carbono e o uso dos mercados como mecanismo financeiro para programas e ações. Esses incentivos comerciais para as grandes companhias não apenas fracassam na promoção de uma mudança nos processos e atores que estão na raiz da crise climática –particularmente grandes empresas- mas também contribuem para “deixar as coisas como estão” e distrair da adoção das medidas urgentemente necessárias de corte das emissões de combustível fóssil na fonte.

Dentro desse contexto, a compra de carbono nas florestas é às claras o caminho errado para Cancun.

[início](#)

## Brasil: Mais a respeito do projeto Juma REDD na Amazônia

No dia 15 de julho recebemos uma mensagem da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) expressando que o artigo “Brasil: caso de prova Juma-REDD na Amazônia”, publicado no boletim nº 155 do WRM, traz uma série de incorreções tanto de informação quanto de compreensão sobre o funcionamento do Programa Bolsa Floresta e o Projeto de REDD da RDS do Juma. Diante disso, a Fundação Amazonas Sustentável enviou ao WRM os esclarecimentos devidos para que sejam publicados pelo mesmo site.

Nós publicamos a mensagem da FAS na íntegra em nosso site. Contudo, os “esclarecimentos”- apresentados como um jogo de perguntas e respostas- não são muito esclarecedores. Pelo contrário, eles servem fundamentalmente para fortalecer o que o artigo do WRM disse.

O primeiro esclarecimento pergunta: “As famílias têm custos adicionais para retirar os benefícios do Programa Bolsa Floresta Familiar?” A resposta é: “Não. O saque é feito de acordo com a periodicidade da ida regular das famílias às cidades, ou seja, se elas têm o hábito de ir a cada 2 meses, elas podem fazer o saque dos benefícios acumulados durante esse período. Se elas tem o hábito de ir a cada 6 meses, elas podem fazer o saque dos benefícios acumulados nesse período, e assim, sucessivamente. Portanto, não há necessidade da família se deslocar à cidade apenas para receber os benefícios do Bolsa Floresta.”

Toda a explicação acima assume obviamente que cada família vai, em algum momento, à cidade mais próxima e que nenhuma delas precisa mesmo do dinheiro de forma mensal para suas necessidades de sustento. As duas suposições são questionáveis. Contudo, nosso artigo dizia simplesmente que “para os residentes como Dalvina Almeida, o percurso de ida e volta leva dois dias de barco apenas para receber seus 28 dólares mensais”. Nós nunca mencionamos nenhum “custo adicional”. A resposta, bastante interessante, confirma que os moradores locais são forçados a ir à cidade para receberem seu dinheiro.

A FAS explica que “O Bolsa Floresta não é um programa assistencialista. O componente familiar NÃO É DESTINADO a gerar todos os recursos necessários para manter e melhorar a vida das comunidades. O conceito de pagamento em dinheiro é visto como uma recompensa, um retorno no curto prazo para as famílias que acordam para um compromisso de **desmatamento zero** [ênfase acrescentada]”

O acima mencionado está em clara contradição com o item 4 da resposta da FAS, que pergunta: “Os participantes do Programa Bolsa Floresta são impedidos de fazer suas roças e continuar a produzir culturas agrícolas? Não. Os participantes do Programa Bolsa Floresta podem continuar com suas práticas agrícolas tradicionais em florestas secundárias, como costumavam fazer. Eles só fazem um compromisso para não desmatar mais as florestas primárias”.

Isso parece implicar que os “participantes” -que se comprometem formalmente a não cortar as florestas primárias- são permitidos de desmatar as florestas secundárias a fim de manterem suas práticas agrícolas tradicionais. Mesmo que o WRM possa apoiar esse enfoque, há uma contradição com o compromisso da FAS de

“desmatamento zero”, porque o corte das florestas secundárias também é uma forma de desflorestamento. Também está em contradição com o testemunho de um morador local (mencionado como o marido de Dalvina Almeida em nosso artigo) que diz “Quando isso se tornou uma reserva, disseram para nós que já não poderíamos plantar na floresta.”

A segunda questão colocada pela FAS é: “O pagamento mensal de R\$ 50 [US\$28] é o único benefício do Programa Bolsa Floresta? Não. O Programa Bolsa Floresta Familiar é apenas um dos quatro componentes do Programa.” Os outros três componentes são:

- “Bolsa Floresta Renda, que investe anualmente uma média de R\$ 4 mil por comunidade...” [US\$2270]
- “Bolsa Floresta Social, que investe anualmente uma média de R\$ 4 mil por [US\$2270] comunidade por ano ... para melhorias das atividades de educação, saúde, transporte e comunicação.”
- “Bolsa Floresta Associação, que é o apoio para as organizações locais de base ...” [nenhuma quantia em dinheiro é providenciada no “esclarecimento” da FAS]

O acima citado significa que as famílias só recebem- como afirmado em nosso artigo- “US\$28 mensais [que] representam US\$0,93 ao dia”. O artigo do WRM enfatiza que “Para uma família rural média de no mínimo 5 pessoas a renda per capita cai para US\$0.18 ao dia. Seria bom informar os administradores gerenciadores do Projeto Juma e os doadores que esse escasso pagamento está bem abaixo da linha de pobreza, estimada pelo Banco Mundial em uma renda inferior a US\$1,25 por pessoa ao dia.”

O dinheiro investido anualmente nas comunidades –cerca de US\$2270 no BFI e a mesma quantia no BFS- é equivalente a pagamentos mensais de US\$190 em cada caso. Com certeza bem pouco para o objetivo declarado do BFS de “melhorar a educação, saúde, transporte e comunicação.”

Adicionalmente, nenhuma cifra é providenciada no tocante a quantas pessoas vivem em cada comunidade, assim fazendo quase impossível determinar a importância relativa da quantia designada para cada programa.

Após apontar a quantia de dinheiro recebida pelas famílias, o artigo do WRM comparou essa soma com o “pagamento mensal de US\$25.000 recebidos pelo diretor do Projeto Juma.” A resposta da FAS a esse respeito é uma nova pergunta: “O salário do CEO da FAS está acima do mercado?”

É claro que essa não é a pergunta certa, porque o WRM nunca disse que o salário estava “acima do mercado”. Nós só mencionamos a quantia de dinheiro. A resposta adequada deveria ter sido: “Não, o salário do CEO da FAS é de US\$1000”, ou seja qual for a quantia que a pessoa recebe.

A resposta da FAS a essa pergunta é fascinante mesmo que não seja claramente uma resposta. Ela diz:

“Não, é não. O valor publicado pelo WRM não faz sentido e é obviamente errado. O

salário do CEO da FAS, conforme uma pesquisa da Deloitte Touche Tohmatsu, que considera as principais ONGs brasileiras, solicitada pelo WWF, é 5% menor que a média nacional. Além disso, os custos da FAS com recursos humanos também são menores que a média nacional mesmo se forem comparados com as ONGs brasileiras”.

Podemos fazer uma pergunta bem simples, só para saber o quanto o artigo do WRM foi sem sentido e errado nesse assunto: Quanto dinheiro essa pessoa recebe?

Outra pergunta feita pela FAS foi: “A conservação dessas florestas irá permitir que os poluidores continuem emitindo carbono proveniente dos combustíveis fósseis?”

A pergunta está relacionada com o último parágrafo do artigo do WRM, que dizia: “O que faz piorar a situação é que a preservação dessas florestas irá permitir que os poluidores continuem emitindo carbono proveniente dos combustíveis fósseis. Isso significa que a inclusão da floresta Juma no mercado das emissões irá, de fato, contribuir à mudança climática, porque permitirá que as corporações poluidoras e os países ricos aleguem que estão ‘compensando’ suas emissões de carbono ao conservarem uma parcela da floresta no Brasil.”

A resposta da FAS é: “Não. A concepção de carboneutralização defendida pela FAS é que o maior esforço de redução de emissões deve ser feito pelos países industrializados e suas indústrias. Nossa visão é que a compensação de emissões deve ser limitada a um pequeno percentual (p.ex.10%) das metas de redução de emissões dos países ricos e suas indústrias. A maior parte das reduções deve ser resultado das reduções dos padrões de consumo e sistemas de produção desses países.”

Conforme o acima mencionado a “iniciativa de compensação proposta pela FAS” irá “estar limitada a uma pequena parte (p.ex.10%) do total dos objetivos de redução de emissões desses países e indústrias”. O que significa que a FAS está propondo compensações para uma redução de 10%, permitindo assim -como dito no artigo do WRM- que “os poluidores continuem emitindo carbono proveniente dos combustíveis fósseis.” E podemos lembrar a FAS que 10% não é uma “pequena parte” das emissões.

O segundo parágrafo da resposta é ainda mais ilustrador: “A compensação pode ser também vista como uma oportunidade para que todos os setores da economia dos países ricos, como é o caso do setor hoteleiro, possam se somar a esse esforço global de redução de emissões de gases de efeito estufa. Neste contexto, projetos inovadores como o Juma criam oportunidades para que os hóspedes da rede Marriott possam reduzir suas pegadas de carbono.”

A FAS deveria saber que não é possível “compensar” uma tonelada de carbono emitida pelo uso de combustíveis fósseis. Quando emitida, ela vai aumentar o stock de carbono na atmosfera. O projeto Juma supostamente objetiva evitar as emissões do desflorestamento e não providenciar “oportunidades para os hóspedes da rede Marriott compensarem suas pegadas de carbono”. Contudo, a resposta vem confirmar que o que o artigo do WRM dizia era certo.

A última parte da resposta da FAS é muito menos diplomática. Eles dizem que “não vale a pena prestar atenção a um artigo de araque”, e eles acrescentam: “Nós também prestamos atenção em como esse artigo foi usado por pessoas e instituições que têm motivações políticas e institucionais contra o Programa Bolsa Floresta.”

Portanto, por favor, prestem atenção em como esse artigo é usado, porque a FAS estará de olho em vocês!

Ricardo Carrere  
Coordenador Internacional do WRM

[início](#)

---

## **Camarões: Baka, Bagyeli e Bakola desconfiam de REDD**

A maior parte dos Baka, Bagyeli and Bakola, reconhecidos como “povos da floresta”, ainda dependem da caça e da coleta para garantir seu sustento, e ainda que alguns também cultivem lavouras anuais, a maioria ainda depende das florestas. Para eles, a floresta é seu lar ancestral, seu mercadinho confiável, a raiz de sua existência e seu direito tradicional (vide Boletim Nº87 do WRM).

No entanto, sua vida foi largamente afetada pelas restrições impostas no uso da floresta, por exemplo, quando o governo criou o parque nacional Campo Ma’na em compensação pelo dano ambiental causado pelo oleoduto Chad- Camarões. O recente impulso dos projetos REDD fez soar o alarme no tocante aos possíveis impactos em seus direitos e seus modos de vida.

Como resultado, os povos florestais Baka, Bagyeli e Bakola- com o apoio de ONGs locais- têm feito consultas no sul de Camarões para informar suas comunidades sobre os possíveis projetos REDD. O governo de Camarões está buscando o financiamento da Parceria para o Carbono Florestal do Banco Mundial (FCPF) para estabelecer esses projetos que visam à Redução das Emissões do Desflorestamento e da Degradação Florestal (REDD).

Um workshop da sociedade civil, acontecido em Yaounde no dia 30 de junho de 2010, reuniu um grupo de organizações da sociedade civil e povos indígenas para refletir sobre as consultas e elaborar recomendações para um encontro subsequente com representantes de relevantes Ministérios Governamentais no dia 1º de julho de 2010.

As comunidades Baka, Bagyeli e Bakola se expressaram claramente:

1. Que a **mudança climática está acontecendo agora em suas florestas** e, para detê-la, os países industrializados devem parar de poluir, o que significa que toda proteção das florestas não deve ser através de mecanismos de mercado (como os créditos de carbono) que permitem que continuem poluindo, nem através de mecanismos que acabam financiando a extração industrial de madeira (apresentados como ‘manejo florestal sustentável’), as plantações industriais (apresentadas como ‘reflorestamento’) e a exclusão das comunidades locais (apresentada como

'conservação').

2. ***Eles receiam que os projetos REDD não vão trazer benefícios para eles*** mas irão excluí-los e beneficiar outros (inclusive as plantações industriais, os madeireiros, os conservacionistas, as comunidades vizinhas mais poderosas, e as autoridades locais e estatais). ***Eles insistem em que devem estar incluídos de forma igualitária na partilha dos benefícios***, o que (conforme sua experiência de, por exemplo, não receber nenhuma parte dos Royalties Florestais Anuais) exige que sejam tratados separadamente para que os benefícios cheguem mesmo a eles.

3. Que ***seus direitos a suas florestas devem ser reconhecidos***, e seu direito a ser incluídos na tomada de decisões deve ser efetivado. Os Baka, Bagyeli e Bakola não foram consultados (como exigido pelos próprios procedimentos do Banco Mundial) no processo de elaboração da solicitude de Camarões ao Banco Mundial para o financiamento de REDD.

Em conclusão, eles deixaram claro que: (i) se seu direito ao consentimento livre, prévio e informado não for efetivado; (ii) se seus direitos às suas florestas não forem reconhecidos; e (iii) se não houver claros mecanismos que os incluam de forma igualitária na partilha dos benefícios que devem decorrer de qualquer projeto REDD, eles não aceitarão REDD.

Os povos florestais e outras organizações da sociedade civil no workshop questionaram se REDD em sua forma atual pode: (i) ajudar a resolver a mudança climática; (ii) ajudar a garantir os direitos dos povos florestais a suas terras; ou até (iii) garantir a todas as comunidades locais (inclusive os povos florestais) os benefícios dos projetos REDD. Eles sugerem que REDD pode simplesmente permitir que os países industrializados continuem poluindo, e permitir que os madeireiros e as organizações de conservação e plantações tenham mais controle da floresta.

Os Baka, Bagyeli e Bakola assinalam que suas atividades não prejudicaram e sim protegeram a floresta, e eles irão aceitar uma forma de REDD que os apóie a continuar assim, mas não uma forma que continue a destruição de suas florestas e perpetue sua marginalização.”

Fonte: [http://www.forestpeoples.org/documents/africa/cameroon\\_press\\_rel\\_redd\\_comm\\_wshops\\_jul10\\_eng.pdf](http://www.forestpeoples.org/documents/africa/cameroon_press_rel_redd_comm_wshops_jul10_eng.pdf)

[início](#)

---

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

### **Guiné Equatorial: possível expansão de plantações de dendezeiro**

O dendezeiro é nativo deste e de outros países da região, onde é recolhida sua seiva para obter vinho de palma, tâmaras para a cozinha e óleo de fabricação artesanal familiar. O produto era exportado tradicionalmente desde antes do estabelecimento de plantações, que atingiram os 7.000 hectares em 1968. Foram desenvolvidas a partir de variedades selecionadas procedentes da Ásia, de maior

rendimento. Mesmo que tenham sido abandonadas, continuam produzindo alguns cachos, similares aos dos dendezeiros oriundos, para o consumo familiar. No entanto, a colheita resulta bem difícil de reunir por os dendezeiros estarem espalhados. Assim, mesmo que existam pequenas fábricas de óleo e sabão, a produção dos dendezeiros só é usada para consumo familiar; de fato, o óleo obtido artesanalmente pelas famílias é pouco valorizado no mercado por ter uma qualidade irregular. (1)

Historicamente, a produção agrícola colonial esteve voltada para a exportação. Cabe salientar que a Guiné Equatorial está geograficamente dividida em duas áreas: a continental (Rio Muni) e a insular (Bioko e várias outras ilhas). O principal desenvolvimento agrícola teve seu foco em Bioko, cujo clima e solo se adaptavam bem à cultura do café e cacau. (2) Em Rio Muni não começou a produção de produtos coloniais até inícios do século XX. Aqui, a produção de café e cacau foi dominante, ainda que a exploração e as plantações de dendezeiros chegaram a ser mais importantes. (3) Em termos gerais “durante a época colonial até sua independência, a agricultura [de exportação] da República da Guiné Equatorial foi de um sistema de monocultura baseado nas lavouras de café, cacau e óleo de dendê”. (4)

É preciso salientar que o país conta com uma longa e tétrica história no tocante às plantações. Na época em que foi colônia espanhola, a economia de exportação foi baseada no estabelecimento de grandes plantações de café e cacau, bem como de dendezeiro. O trabalho nas plantações era feito, em geral, sob uma forma (mal) disfarçada de trabalho escravo, denominada “prestações”, sendo que as pessoas eram obrigadas a trabalhar sem receber nenhuma remuneração. Por sua vez, os culpados de delitos leves eram condenados a “colaborar” durante um período nos “trabalhos coletivos”; tudo acompanhado por uma política de terror baseada no extermínio físico de todos aqueles que se negassem a oferecer suas “prestações”. (5)

Em geral, no que diz respeito aos diferentes tipos de plantações tradicionais (café, cacau, banana, coco, dendê, etc.), neste momento são constatadas dificuldades na produção devido “ao deteriorado estado das plantações e à diminuição da mão-de-obra”. A respeito disso, afirma-se que “a falta de expectativas no setor está provocando o êxodo maciço da mão-de-obra para outras atividades onde os operários têm maior rentabilidade e uma amortização mais imediata de seus esforços no curto e médio prazo.” (6)

Um dos motivos que se apresentam para explicar o escasso desenvolvimento do setor do dendezeiro é “a falta de uma boa rede de estradas, [o que] impede tornar mais rentáveis as melhoras na produção artesanal familiar”. Essa limitante já vem sendo abordada com os diversos acordos fechados entre o governo da Guiné Equatorial e várias empresas- de capitais, de origens tão diversas como brasileiros (7), franceses (8), marroquinos (9), belgas (10), chineses (11), entre outros- que já estão em plena construção de estradas e outras infra-estruturas.

Quanto à escassez de mão-de-obra, sempre cabe a possibilidade de o Presidente Teodoro Obiang Nguema (conhecido por sua inclinação à violação de direitos humanos), voltar a apelar, caso o considere necessário, às velhas, conhecidas e

temidas “prestaciones” da época colonial.

As perspectivas parecem indicar um possível desenvolvimento futuro das plantações de dendezeiros. Nesse sentido, afirma-se que o dendê “é um dos recursos com melhores perspectivas de desenvolvimento, com um contexto agroclimático extremamente favorável e terras topograficamente aptas para plantações industriais associadas a plantações familiares. Para isso, seria necessário solucionar as carências de transporte e mão-de-obra, mobilizar investidores nacionais ou estrangeiros e, no curto prazo, recorrer a preços de intervenção para as oleaginosas.” (12)

É claro que para que os benefícios de tais investimentos possam chegar à imensa maioria de pobres que apenas conseguem sobreviver neste país rico em petróleo, é preciso solucionar alguns problemas mais prementes. Por exemplo, a distribuição da riqueza que acaba nas contas bancárias daqueles que possuem o poder e nas arcas das empresas petrolíferas que exploram seus recursos. E ainda, obviamente, o problema dos direitos humanos, que vêm sendo violentados há mais de três décadas por quem tomou posse do governo após derrocar e executar o mandatário anterior: o atual presidente Teodoro Obiang.

- 1 - [http://pdf2.biblioteca.hegoa.efaber.net/ebook/14645/Estructura\\_economica\\_de\\_Guinea\\_Ecuatorial.pdf](http://pdf2.biblioteca.hegoa.efaber.net/ebook/14645/Estructura_economica_de_Guinea_Ecuatorial.pdf)  
<http://javiermorillas.blogspot.com/2006/09/la-estructura-economica-de-guinea.html>
- 2 - <http://www.sirtewaterandenergy.org/docs/reports/EquatorialGuinea-Draft2.pdf>
- 3 - <http://www.afrol.com/es/especiales/13277>
- 4 - [http://www.ifad.org/events/gc/33/speech/eq\\_guine.htm](http://www.ifad.org/events/gc/33/speech/eq_guine.htm)
- 5 - ver “Las atrocidades del Teniente Ayala en [http://www.elpais.com/articulo/reportajes/atrocidades/teniente/Ayala/elpepusocdmg/20080210elpdmgprep\\_7/Tes](http://www.elpais.com/articulo/reportajes/atrocidades/teniente/Ayala/elpepusocdmg/20080210elpdmgprep_7/Tes)
- 6 - <http://www.angelfire.com/sk2/guineaecuatorial/agricolforo.htm>
- 7 - [http://www.hoy.es/agencias/20100705/mas-actualidad/internacional/obiang-lula-firmaran-acuerdos-asistencia\\_201007051224.html](http://www.hoy.es/agencias/20100705/mas-actualidad/internacional/obiang-lula-firmaran-acuerdos-asistencia_201007051224.html)  
[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100705\\_acordo\\_guine\\_pu\\_aw.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100705_acordo_guine_pu_aw.shtml)
- 8 - Bouygues terrassement: <http://www.bouygues-construction.com/18i/groupe/presence-dans-le-monde.html>  
Razel Francia: <http://www.razel.fr/fr/chantiers.html>
- 9 - Somagec (Marruecos empresa de construcciones portuarias, <http://somagecge.blogspot.com/>
- 10 - <http://www.comercio.mityc.es/tmpDocsCanalPais/82716239361F4B0C76E7C6CE9FA5FF19.pdf>

11 - <http://www.comercio.mityc.es/tmpDocsCanalPais/82716239361F4B0C76E7C6CE9FA5FF19.pdf>

12 - [http://pdf2.biblioteca.hegoa.efaber.net/ebook/14645/Estructura\\_economica\\_de\\_Guinea\\_Ecuatorial.pdf](http://pdf2.biblioteca.hegoa.efaber.net/ebook/14645/Estructura_economica_de_Guinea_Ecuatorial.pdf)

## **A FAO insiste: as plantações de monoculturas de árvores são florestas!**

A FAO insiste na missão cada vez mais difícil de definir as plantações de árvores como “florestas plantadas”. Sua última contribuição a esse propósito é a publicação intitulada “Florestas plantadas sob manejo florestal sustentável- Uma declaração de princípios”.

O documento afirma que a “FAO adota ainda um importante papel para facilitar um debate público informado sobre a controvérsia das florestas plantadas e para apoiar os principais grupos de interessados, inclusive o público, a fim de melhor entender o papel das florestas plantadas no manejo integrado do ecossistema e o desenvolvimento sustentável.”

No entanto, a FAO faz exatamente o oposto: não facilita um debate informado, informa erradamente ao público e a única parte interessada à qual providencia apoio na realidade é ao setor corporativo envolvido com monoculturas de árvores em grande escala.

O ponto de partida é complicar a questão. A FAO sabe muito bem que a verdadeira “controvérsia” sobre o que ela chama “florestas plantadas” não diz respeito à plantação de árvores- nativas ou exóticas-, e sim ao estabelecimento de plantações em grande escala de monoculturas de árvores de rápido crescimento. A FAO tenta esconder esse tipo de plantação dentro do que ela chama “um continuum de aparências desde as florestas estritamente protegidas para conservação até as plantações altamente produtivas e de curta rotação.” E conclui que “nesse continuum o limite entre florestas plantadas e florestas que se regeneram naturalmente é com frequência confuso.” Com certeza, uma conclusão pouco útil- ou científica- para facilitar um “debate informado”, mas muito adequado para as empresas plantadoras: o limite “é com frequência confuso.”

Contudo, a FAO sabe muito bem que o “limite entre florestas plantadas e florestas que se regeneram naturalmente” é extremamente definido, por exemplo, no caso das plantações em grande escala de eucaliptos ou pinheiros no Brasil, Chile, Colômbia, Indonésia, Malásia, Uruguai, África do Sul, Swazilândia- por citar alguns.

Esse é o tipo de plantação que está no centro do debate e que a FAO está tentando confundir. Vamos comparar essas plantações com os benefícios que a FAO afirma que decorrem das “florestas plantadas”.

Conforme a FAO, “as florestas plantadas rendem um amplo leque de madeira, fibras, combustível e produtos florestais não madeireiros para os pequenos investidores ou as corporações que perseguem objetivos de subsistência ou comerciais.”

Obviamente, o que foi afirmado acima não é aplicável às monoculturas em grande escala, já que produzem unicamente um produto- madeira- para os investidores corporativos que perseguem objetivos comerciais. A fim de ilustrar esse ponto, recomendamos nossos leitores a dar uma olhada na impressionante imagem da colheita mecanizada de uma plantação de eucaliptos na página 5 do documento da FAO.

A FAO continua dizendo que “Elas também podem providenciar vários serviços ambientais e sociais, que incluem a reabilitação de terras degradadas, o combate à desertificação, a proteção do solo e da água, o seqüestro e o armazenamento de carbono, atividades de lazer e amenidade paisagística.”

Mais uma vez, o acima afirmado não é aplicável às monoculturas em grande escala de árvores de crescimento rápido, que não são estabelecidas em terras degradadas- porque as árvores não cresceriam suficientemente rápido-, que esgotam os nutrientes do solo e os recursos hídricos- e portanto promovem a desertificação-, que não armazenam carbono- porque as árvores são colhidas em rotações curtas-, e que transformam a amenidade paisagística em um mar monótono de estandes de árvores idênticas e de similar idade.

A FAO ainda argumenta que “As florestas plantadas conservam os recursos genéticos”. Como podem os eucaliptos australianos conservar recursos genéticos na Tailândia ou na África do Sul? Como podem as gmelinas asiáticas cumprir seu papel na Costa Rica? Como podem os pinheiros americanos ou mexicanos conservar os recursos genéticos do Chile ou da Swazilândia? A resposta óbvia é: claro que não podem!

Os poucos exemplos acima mostram que se a FAO estivesse verdadeiramente interessada em um “debate informado”, deveria ter feito a diferenciação entre os diferentes tipos de plantações, algumas das quais podem, sem dúvidas, ser social e ambientalmente benéficas enquanto outras podem ser extremamente prejudiciais tanto social quanto ambientalmente. Com tal abordagem, deveria ter se concentrado na verdadeira controvérsia que implica o tipo de plantação, descrita pela FAO em seu “continuum de florestas plantadas” como “plantações altamente produtivas e de curta rotação”, e à qual a maioria das pessoas prefere definir mais adequadamente como “desertos de árvores”.

Mas é óbvio que isso é simplesmente impossível, porque a FAP tem assumido o papel de defender justamente esse tipo de plantações.

Uma olhada atenta aos 10 “Princípios para o manejo responsável das florestas plantadas” incluído no documento da FAO mostra que eles estão focalizados principalmente em providenciar assessoria ao setor corporativo sobre onde e como plantar monoculturas de árvores sem arranjar problemas demais, e na criação de um “ambiente propício para o investimento” em plantações de árvores em grande escala.

Como parte desse “ambiente propício”, a FAO vai impulsionando a inclusão das plantações dentro do mecanismo REDD discutido pelos governos na Convenção sobre Mudança Climática. Ignorando o fato de REDD não ter sido ainda aprovado, a

FAO afirma que as “florestas plantadas” podem também complementar e suplementar as iniciativas REDD e REDD-plus para reduzir as emissões de gases de efeito estufa procedentes do desmatamento e da degradação florestal nos países em desenvolvimento”. Isso só pode acontecer, obviamente, se as plantações de monoculturas de árvores continuam sendo definidas como “florestas plantadas”.

Felizmente, a comunidade científica também está se unindo às vozes daqueles que durante anos têm questionado a definição não científica da FAO para as florestas. É o caso da Associação para a Conservação e a Biologia Tropical, cuja recente resolução que insta para que “novas definições de floresta” “diferenciem claramente entre florestas nativas e florestas dominadas por monoculturas de árvores de espécies exóticas” está incluída neste boletim.

Será que algum dia a FAO irá reconhecer o que é tão óbvio para tanta gente: que as plantações não são florestas?

Comentários em: FAO (2010).- Planted forests in sustainable forest management — A statement of principles

<http://www.fao.org/docrep/012/al248e/al248e00.pdf>

[início](#)

---

## **Association for Tropical Biology and Conservation (Associação de Biologia Tropical e Conservação) diz que as plantações de árvores não são florestas**

A Associação de Biologia Tropical e Conservação –uma grande sociedade profissional mundial sobre florestas tropicais- tem divulgado recentemente uma resolução “instando as Nações Unidas para alterar suas definições de florestas potencialmente enganosas”. A resolução estabelece que:

“CONSIDERANDO QUE, a atual definição de ‘floresta’ usada pelas Nações Unidas não distingue entre florestas naturais, florestas naturais modificadas e plantações de árvores; e

CONSIDERANDO QUE, as plantações de árvores estão geralmente abrangidas por monoculturas de espécies não nativas que têm valor muito limitado para a conservação da biodiversidade em perigo; e

CONSIDERANDO QUE, em muitos países tropicais, florestas complexas e biodiversas que foram designadas como reservas florestais permanentes estão sendo cortadas e substituídas por plantações; e

CONSIDERANDO QUE, esta séria brecha significa que essas mudanças seriam consideradas como não tendo causado qualquer alteração na floresta, permitindo assim que ocorra a perda e degradação de florestas sem sanções; e

CONSIDERANDO QUE, a conversão de florestas naturais ricas em carbono ou

turfeiras para plantações madeireiras, para pasta ou de dendezeiros podem levar a maiores emissões líquidas de perigosos gases de efeito estufa; e

CONSIDERANDO QUE, as distinções supra são fundamentais para as negociações em andamento para conservar as florestas naturais para reduzir as emissões de perda e degradação de florestas (REDD) como parte das negociações em andamento sobre clima;

PORTANTO, resolve-se que a Associação de Biologia Tropical e Conservação, a maior organização científica do mundo dedicada ao estudo, proteção e uso sustentável dos ecossistemas tropicais:

INSTE o “Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice (SBSTA)” (Órgão Subsidiário de Consulta Científica e Tecnológica) das Nações Unidas para imediatamente esclarecer as definições de florestas naturais com base no bioma (como por exemplo, floresta ‘fresca-temperada’, ‘tropical úmida’ e ‘de turfa-pântano’) para refletir as variadas diferenças nos valores de carbono e biodiversidade desses diferentes biomas, enquanto se distingue às claras entre florestas nativas e aquelas dominadas por monoculturas de árvores e espécies não nativas; e

RECOMENDE FIRMEMENTE que as nações em desenvolvimento e desenvolvidas implementem imediatamente essas novas definições de florestas, para garantir que sejam incorporadas em negociações em andamento e futuras do REDD.”

início

---

## **Brasil: A “resistência produtiva” das comunidades quilombolas envoltas pelos eucaliptais**

O acesso às 32 comunidades quilombolas do Sapê do Norte no estado do Espírito Santo, localizadas nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, é dos mais confusos. Na longa planície que se forma no litoral Norte capixaba, em uma paisagem monótona e homogênea, onde o eucalipto predomina, poucas são as referências que indicam o caminho. Em termos de símbolos, apenas mensagens empresariais: a) interditos: “Proibido caçar”, “Não entre, área em manejo”; b) propaganda em outdoors: “Manejo florestal sustentável”, “Preserve a floresta”; e c) localizações dos talhões de plantio: “CB-113H”.

Nos 20 km de estrada de terra do acesso ao quilombo de Roda d’Água, por exemplo, no município de Conceição da Barra, não há jaqueiras, pedras, mangueiras, declives, murundus, curvas, pasto, café, casas, comércio, gente; nada que possa servir de referência espacial. A monocultura do eucalipto impõe o GPS como único discurso possível de localização: “18° 35’ 31” S, 39° 44’ 4” W”.

Registros de uma outra temporalidade resistem no discurso e nas referências espaciais das 1.200 famílias que ainda habitam menos de 10 mil hectares do Sapê e que um dia foram 250 a 300 mil, conforme estimativa dos técnicos do Incra.

A combinação do cultivo em larga escala com o manejo químico e genético de uma única espécie de árvore de rápido crescimento ordenou uma lógica espacial em que a diversidade e a heterogeneidade deixaram de ter lugar. Ilhadas em meio a 100 mil hectares de eucalipto que compõem o chamado Deserto Verde, as comunidades quilombolas demarcam a presença histórica de uma outra territorialidade, posta para fora do tempo (ana-crônica) e do espaço (u-tópica) do agronegócio cartesiano. De fato, parte dos quilombolas do Sapê, principalmente os de Conceição da Barra, com 70% da área municipal coberta pela monocultura, vive dos resíduos da madeira, conquistada em conflitos constantes junto aos talhões de eucalipto. A atividade do *facho* (recolhimento dos resíduos) e do carvoejamento, como alternativa última de vida, demonstra a incorporação subordinada de inúmeros jovens e adultos (homens, em sua maioria) à lógica da expropriação mercantil empresarial.

Nos últimos 40 anos, o destino histórico e ambiental do Sapê do Norte esteve diretamente atrelado à capacidade de produzir fibras homogêneas para o consumo de papel nos países do Norte, seguindo um padrão produtivo predatório e um modelo agrícola devastador. Implantadas a partir dos anos 1970, sob a égide dos Atos Institucionais da ditadura militar, e desde então apoiadas por fartos créditos do BNDES, isenções fiscais e flexibilização das leis trabalhistas e ambientais, as grandes empresas do agronegócio do eucalipto (Aracruz/Fibria/Votorantim, Suzano, Plantar, Veracel, Stora Enso, Jaakko Poyry) e os conglomerados internacionais da indústria do papel (Proctor and Gamble, Kimberly Clark, Siemens, Banco Mundial, Banco Nórdico de Investimento, Banco Europeu de Investimento, etc.) foram responsáveis por uma violenta e abrupta transformação da paisagem.

A substituição da Mata Atlântica pelo eucalipto; o desenho e o corte de novas estradas para transporte de madeira e maquinário agrícola; o aterramento de lagos e nascentes; a semiaridização do clima com a queda dos índices pluviométricos; o desaparecimento de mais de 100 córregos e a contaminação de outros tantos por agroquímicos; a destruição de escolas, farinheiras, casas e equipamentos comunitários; além das ameaças e despejos forçados, provocaram um êxodo rural sem precedentes. A Comissão Quilombola do Sapê do Norte estima que, das 12 mil famílias que habitavam o Sapê do Norte, apenas 1.200 resistiram. Nada menos que 90% migraram para as periferias urbanas da região norte do Espírito Santo e mesmo para a região metropolitana de Vitória.

No Sapê do Norte dos quilombolas, o vasto território que os abrigou e protegeu do sistema colonial e escravocrata do império, bem como da aristocracia agrária da velha e nova repúblicas, e principalmente o convívio com a Mata Atlântica garantiram o extrativismo e uma agricultura familiar e camponesa diversificada, com relevância para a mandioca e a produção de farinha, tradição regional desde o século XVII.

Mas no espaço de apenas duas ou três gerações, a implantação dos maciços de eucalipto se realiza *pari passu* à desconstrução, ao reprocessamento e à reconstrução do espaço socioambiental, isolando e soterrando quase todas as referências econômicas, culturais, religiosas, sociais, enfim, territoriais dos quilombos. Quase todas, porque é nesse contexto que a agricultura quilombola sobrevive, na insistência de pequenos roçados, entre dois e dez hectares, no

entorno imediato de seus quintais e comunidades.

Destinatária de uma tradição secular, sob claro protagonismo das mulheres, a maior parte das 1.200 famílias quilombolas do Sapê planta e cria diversificadamente. Seus membros pesquisam e conservam espécies de mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, coco, manga, jaca, cajá, banana. Reelaboram práticas tradicionais e experimentam técnicas de manejo. Acessam canais de comercialização nas feiras locais e regionais e promovem contínuas trocas intercomunitárias de sementes e práticas agrícolas, tecendo uma rede informal, porém de extrema capilaridade social.

Em meio ao eucaliptal, a agricultura quilombola encontra caminhos de sobrevivência e luta pela reconquista de seus recursos naturais e patrimônio genético. No quilombo de Angelim Santa Clara, em Conceição da Barra, uma área de sete hectares serve de experimento para o plantio e o manejo de mudas pioneiras de árvores da Mata Atlântica. No quilombo de São Cristóvão, campos de reprodução de mandiva garantem a preservação de variedades regionais de aipim. Nos quilombos de Divino Espírito Santo, Roda d'Água e Angelim, por meio do trabalho em mutirão, três farinheiras tradicionais foram reerguidas. Em Linharinho a produção de farinha ganha escala, para além da capacidade instalada de produção de mandioca. A demanda de expansão desses experimentos sobre a terra de seus ancestrais pressiona o *status quo* empresarial e não se assenta apenas sobre o argumento do passado histórico, mas principalmente sobre as expectativas de futuro das novas gerações.

O modelo agrícola dos plantios homogêneos interpreta a resistência produtiva quilombola como uma variável fora de seu sistema de controle espacial e requisita junto ao Estado uma absoluta segurança jurídica, ainda que somente seja possível mediante expulsão e criminalização. Por outro lado, a agricultura quilombola avança e interpreta o território a partir da identificação e da criação de referências de destino para sua longa tradição sobrevivente nas comunidades e exige do mesmo Estado a garantia de seus direitos, apenas reconhecidos na Carta Constitucional de 1988, um século depois da tardia e formal abolição.

Na esfera da resistência produtiva e da construção de alternativas, a agricultura quilombola vai se deparando com o enorme desafio de preparar a reconversão das terras reconquistadas e em disputa. Como recuperar o solo de uma área onde se plantou eucalipto por 40 anos? Como preservar as poucas nascentes e adensar a mata ciliar remanescente? Quais são as espécies cultivadas ou as árvores pioneiras na transição a serem introduzidas entre as fileiras de tocos de eucalipto? São questões inquietantes para a Agroecologia, em geral, e para as famílias agricultoras quilombolas, em particular.

A reconversão de uma área de eucalipto pós-corte, seja para Mata Atlântica ou para o plantio de alimentos, é um dos principais desafios técnicos a serem enfrentados. Porque não basta recuperar o domínio da terra para romper o círculo vicioso do eucalipto que, depois da extração por corte raso, rebrota com enorme vigor. A retomada das terras é condição essencial, porém, não garante em si a reconquista territorial, em seu sentido identitário e cultural. Algumas gerações serão necessárias para se restabelecer a territorialidade e o uso dessas terras. Nesse aspecto, a

transmissão da memória das gerações pré-Aracruz para a juventude quilombola é de fundamental importância, pois guarda a experiência da floresta e de um território pleno de identidades e referências culturais, algo ignorado pelas gerações pós-eucalipto.

A Agroecologia adquire, portanto, importância estratégica nessa reconquista. O desenvolvimento dos experimentos agrícolas em curso nas comunidades, o fortalecimento das redes de intercâmbio de sementes e as técnicas e práticas de manejo da rebrota do eucalipto são alguns dos processos no campo da prática e da teorização agroecológica. Assim, o debate territorial do Sapê do Norte traz questões essenciais para a transição agroecológica e tenciona, desde um local específico e singular, todo o modelo global Norte-Sul.

Na construção da contra-hegemonia, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte vem articulando a resistência política à resistência produtiva, atuando em redes de influência sobre o Estado e suas políticas públicas. Para barrar o novo *boom* de expansão dos monocultivos de eucalipto, incide crítica e propositivamente sobre um conjunto de políticas e programas governamentais: regularização fundiária, crédito e extensão rural, políticas agrícolas e florestais, licenciamentos e zoneamentos, isenções fiscais, abastecimento, etc. Diante de um vasto e longo quadro de violações, os quilombolas se organizam para exigir a titulação de seu território e pressionam pela efetivação de outros direitos: água sem agrotóxicos, alimentação, educação e saúde estão na pauta das mobilizações, no Grito Quilombola, no Festival do Beiju (principal alimento quilombola no Sapê, produzido a partir de mandioca e coco, representante de uma cultura alimentar transmitida por gerações), no 13 de Maio, no 8 de Março.

Entre as diferentes arenas políticas em que atuam os quilombolas do Sapê do Norte, o debate sobre alimentação tem se demonstrado um fértil espaço de disputa e articula um campo contra-hegemônico desde o plano nacional até o regional.

A tese defendida pela Comissão Quilombola é que o quadro de insegurança alimentar no Sapê do Norte só pode ser enfrentado desde o debate territorial. As políticas governamentais que devem assegurar o alimento, por meio de cestas básicas, do Bolsa Família e da merenda escolar, são precárias e não atingem o conjunto das 1.200 famílias das 32 comunidades. Por enquanto, o carvão produzido a partir dos resíduos do eucalipto ainda é a maior fonte de renda e trabalho nas comunidades quilombolas, evidenciando o lado mais perverso desse modelo de desenvolvimento. Pesquisando um grupo focal proveniente de 11 quilombos, o relatório do seminário “Agroecologia e segurança alimentar e nutricional nas comunidades quilombolas do Sapê do Norte”, de 2008, aponta a monocultura do eucalipto como *a principal causa de insegurança alimentar e nutricional dessas comunidades, na medida em que tem provocado um intenso processo de desestruturação dos seus modos de vida tradicional e sistema de produção agroextrativista que garantia alimentação diversificada para as famílias.*

A transição para um novo modelo agrícola, fundado na segurança e soberania alimentar, vai exigir políticas públicas territoriais estruturantes, que integrem o plano da produção nas comunidades com os mercados locais, notadamente com as chamadas compras públicas, nos âmbitos municipais e estadual. A alimentação

escolar oferecida nas poucas escolas que ainda restam nas comunidades pode migrar dos biscoitos recheados para o beiju, a pamonha e o cuscuz, fortalecendo a produção comunitária e a cultura alimentar quilombola. A cesta básica pode ser uma alavanca para a transição produtiva e para a Agroecologia quilombola, por meio de programas como a Compra Antecipada, que adquire alimentos junto às próprias comunidades. O programa Bolsa Família, se universalizado para todas as comunidades e se adequado aos laços de parentesco ampliado, pode diminuir a subordinação familiar à renda oriunda do carvão. Enfim, as políticas de Estado, regulando os plantios empresariais e promovendo a redução das desigualdades sociais e raciais, são instrumentos centrais para o destino dos quilombolas do Sapê do Norte.

Em 6 de novembro de 2009, o Incra finalmente publicou no Diário Oficial da União o memorial descritivo de delimitação de 1.219 hectares do território das comunidades de Serraria e São Cristóvão, em São Mateus. Outros relatórios estão sendo concluídos, como São Jorge, Linharinho e Angelim. No território em reconquista, as comunidades vão (re)estabelecendo coletivamente seus pontos de referência e autoidentificação. Nos quintais e nas áreas comunitárias, nos pequenos recuos das empresas, nos caminhos entre as comunidades, a paisagem do eucalipto vem sendo gradualmente modificada, pontuada de plantios, faixas, símbolos. Signos de um território em reconstrução, sob a bênção de muitos orixás.

Por Marcelo Calazans, coordenador regional da Fase Espírito Santo, membro da Rede Deserto Verde e da ACA. [marcelo.fase@terra.com.br](mailto:marcelo.fase@terra.com.br). Este artigo é um resumo do relatório: "Agricultura, identidade e território no Sapê do Norte quilombola", publicado na Revista Agriculturas: Experiências Em Agroecologia, Volume 7, Número 1 - Construção de territórios camponeses". [O trabalho completo pode ser lido aqui](#)